

## Decretos Estaduais

<b>Decreto nº:</b>	26209/2000	<b>Data do Decreto:</b>	19/04/2000
--------------------	------------	-------------------------	------------

▼ [Texto do Decreto Estadual \[ Em Vigor \]](#)

### DECRETO N.º 26.209 DE 19 DE ABRIL DE 2000

#### **CRIA A DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE INFORMÁTICA DRCI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista o que consta do Processo n.º MEM/SSP/048/1201/2000,  
**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica criada, na estrutura da Polícia Civil, da Secretaria de Estado de Segurança Pública, a Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática – DRCI, órgão de atividade especial, com atribuições de polícia administrativa e judiciária em todo o Estado do Rio de Janeiro.

**Art. 2º** - Incumbe à DRCI:

I – prevenir e reprimir as infrações penais:

- a) cometidas com o uso ou emprego de meios ou recursos tecnológicos de informação computadorizada (hardware, software e redes de computadores);
- b) contra a propriedade intelectual da tecnologia da informação computadorizada, consoante a legislação vigente.

II – instalar e manter a “DELEGACIA VIRTUAL”, portal de acesso pela rede mundial de computadores (internet), proporcionando o recebimento de comunicação de fatos ilícitos ou suspeitos, registros de ocorrência, consultas a bancos de dados policiais, fornecimento de atestados, divulgação e orientação de informações de interesse público ao usuário, bem como aos órgãos, serviços ou atividades da Polícia Civil, observadas as disposições deste Decreto e a legislação pertinente;

III – manter a página da Polícia Civil, portal de acesso pela rede mundial de computadores (internet), proporcionando a divulgação e orientação ao público sobre a Instituição Policial, serviços prestados, bem como informações e publicações de interesse dos servidores e pensionistas da Polícia Civil;

IV – manter permanente contato com os provedores de acesso à rede mundial de computadores em operação no Estado do Rio de Janeiro, bem como realizar o cadastramento atualizado dessas pessoas jurídicas, de seus proprietários, diretores e mantenedores, sejam comerciais ou institucionais;

V – auxiliar os demais órgãos da Polícia Civil nas investigações e inquéritos policiais ou administrativos, quando haja necessidade de pesquisa na rede mundial de computadores;

VI – cumprir as requisições do poder Judiciário, do Ministério Público e de outras autoridades administrativas com atribuições legais, na forma da legislação em vigor.

**Parágrafo único** – Compreende-se na expressão “portal de acesso” o endereço na rede mundial de computadores que reúna serviços e seções informatizadas.

**Art. 3º** - Para funcionamento da DRCI fica instituída, sem aumento de despesa, a seguinte estrutura:

**I – Gerenciamento Operacional:**

- a) Delegado Titular;
- b) Delegados Assistentes.

**II – Órgãos de Execução:**

- a) Grupo de Operações dos Portais (GOP);
- b) Grupo de Investigações (GI);
- c) Seção de Inteligência Policial (SIP);
- d) Seção de Suporte Operacional (SESOP);
- e) Agente de Pessoal (AP).

**Art. 4º** - No desempenho de suas atividades, a DRCl atuará de forma entrosada com a Polícia Militar, Polícia Federal e outras instituições policiais, inclusive no tocante à execução de operações conjuntas e a coleta de dados informativos acerca de fatos de natureza policial, mantendo estreito relacionamento cooperativo com organizações públicas ou privadas, não afetadas à sua área de atuação.

**Art. 5º** - A Academia de Polícia Civil promoverá o treinamento específico dos policiais lotados na DRCl.

**Art. 6º** - Os órgãos de polícia técnica e científica e a Academia de Polícia Civil, estabelecerão medidas de incremento à especialização e aperfeiçoamento de servidores policiais para atuação específica na DRCl, inclusive na forma de núcleo pericial permanente.

**Art. 7º** - Em consequência do disposto no art. 1º deste Decreto, a alínea a.19, do item 3.5, do Decreto n.º 22.932, de 29 de janeiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação, remunerando-se sequencialmente as demais.

“3.5 – Órgãos de Atividades Especiais:

- a) Subchefia da Polícia Civil.

- .....
- a.19 – Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática – DRCl;
  - a.20 – Instituto de Identificação Félix Pacheco – IFP;
  - a.21 – Instituto de Criminalística Carlos Éboli – ICCE; e
  - a.22 – Instituto Médico-Legal Afrânio Peixoto – IMLAP.”

**Art. 8º** - As estruturas organizativa e operacional da DRCl poderão ser alteradas ou modificadas por ato do Secretário de Estado de Segurança Pública.

**Art. 9º** - A Chefia da Polícia Civil dotará o órgão ora criado dos recursos humanos e materiais necessários à sua efetiva implantação, o que ocorrerá com a nomeação de seu Titular.

**Art. 10** – O Secretário de Estado de Segurança Pública editará os atos que se fizerem necessários à execução deste Decreto.

**Art. 11** – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2000.

ANTHONY GAROTINHO

Área:	
Data de publicação:	24/04/2000
Texto da Revogação :	
Tipo de Revogação:	Em Vigor

▼ [Redação Texto Anterior](#)

▼ [Texto da Regulamentação](#)

[Atalho para outros documentos](#)

[▲ TOPO](#)